

A RELAÇÃO DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO COM A POLÍTICA: ANÁLISES A PARTIR DE GRUPOS DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO-SP E ITAPEVI-SP

Humberto Dantas¹
Roberto Eduardo Lamari²

Resumo: O que os jovens pensam sobre a política? Como enxergam e avaliam mecanismos formais da lógica representativa? Quanto demandam de conhecimento, reconhecendo a escola como importante local para o desenvolvimento de tais conteúdos políticos? O presente artigo busca dialogar sobre tais questões, a fim de analisar comparativamente a percepção de jovens estudantes do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas de Itapevi, Grande São Paulo, e da capital paulista, envolvidos em atividades de educação política desenvolvidas pela Câmara Municipal de Itapevi e pela Fundação Konrad Adenauer. A análise é quantitativa e dar-se-á por meio da avaliação dos resultados de questionários padronizados e auto preenchidos. O intuito é contribuir para o debate acerca da visão política dos jovens e adensar debates que buscam comparar as visões de estudantes de diferentes cidades. Parte-se da hipótese de que tais discentes têm percepções próximas, não servindo “a cidade” como variável explicativa de fenômenos atrelados a tais percepções, o que corrobora comparativos feitos entre Suzano-SP e Araraquara-SP, e entre São Paulo-SP, Belém-PA e Macapá-AP.

Palavras-chave: Democracia; Educação política; Juventude; Percepção política.

¹ Doutor em Ciência Política (USP), pesquisador da FGV-SP e coordenador da linha de pesquisa sobre Democracia e participação social do Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Uninove

² Advogado, pós-graduado pela Assembleia Legislativa do Estado de SP, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Itapevi, Presidente da APEL – Associação Paulista de Escolas do Legislativo

1 INTRODUÇÃO

Desde os manifestos de 2013, tem-se tornado mais intenso o desafio de pesquisas e estudos que visam a compreender o que os jovens pensam e como se relacionam com a política – entendida nesse caso, em especial, como o conjunto de instituições mais afeitas à lógica da democracia representativa. Esforços nesse sentido têm debatido uma temática essencial ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Pesquisas de opinião e levantamentos feitos em iniciativas de educação política³ contribuem sobremaneira para esse objetivo. Destacam-se, nesses casos, os trabalhos de Dantas e Estramano (2015) sobre a percepção de jovens paulistanos em relação à democracia, de Pedreira (2015) acerca da relação de jovens brasileiros com a política, de Forlini (2015) na busca por entender o valor dado por jovens à educação política, e de Dantas (2016) sobre a visão de estudantes de ensino médio da Grande São Paulo acerca do tema⁴.

Adicionalmente e em especial, nesse conjunto de trabalhos, Dantas, Nascimento e Silva (2016) concentraram-se em entender como jovens de Araraquara, interior de São Paulo, enxergam a política em comparação com estudantes de Suzano, cidade da Grande São Paulo. Ao mesmo tempo, Dantas, Silva, Garcia e Virgolino (2019) buscaram comparar as visões de alunos de escolas públicas de ensino médio de Macapá-PA, Belém-PA e São Paulo-SP.

Nesses dois casos, o primeiro trabalho faz comparação entre estudantes, tendo em vista o fato de que a Câmara Municipal de Araraquara, por meio de sua escola do parlamento, trabalhava com jovens do último ano do ensino fundamental em atividades de educação política, público semelhante àquele, em termos etários, com o qual a Fundação Konrad Adenauer atuava na cidade de Suzano-SP. Faria sentido imaginar a existência de diferenças entre as formas desses dois grupos de estudantes observarem temáticas basilares da política? Os resultados dos autores

³ Para compreender melhor as questões sobre Educação Política, com ênfase na realidade brasileira, ver Rezende (2010) e Pellanda (2016).

⁴ Sem recorte de idade e, portanto, deixado de lado, mas ainda podem ser citados os resultados captados pelo Latino Barômetro acerca da percepção das sociedades latino-americanas sobre política e os resultados do Democracy Index da The Economist. Ademais, sem tomar o Brasil, mas buscando compreender como a política é tratada nas escolas, pode ser citado o ICSS, sigla em inglês para o Estudo Internacional sobre Educação Cívica e Cidadã. Por fim, em 2009, com recorte mais concentrado em políticas públicas, o IPEA fez estudo sobre a juventude.

mostram que não, ou seja, com base em questionários semelhantes, os resultados da opinião dos jovens pesquisados sobre política não são tão diferentes.

Já o trabalho comparando as duas capitais da região Norte do país com o que pensam jovens paulistanos do mesmo ciclo de educação – terceiro ano do ensino médio – utilizou-se de um formulário padrão empregado por Dantas (2016) e chegou a resultados muito semelhantes, ou seja, comparar realidades distintas, mais ou menos distantes em termos geográficos, não parece apontar para diferenças naquilo que se poderia chamar de “a visão dos jovens sobre a política” a partir de um formulário básico de opinião.

Diante desse desafio, este artigo tem como objetivo estabelecer mais uma comparação entre públicos aparentemente distintos e adensar o conjunto de percepções dessa natureza. A Câmara Municipal de Itapevi, por meio de sua escola do parlamento, realizou cursos de Iniciação Política em cinco escolas públicas estaduais ao longo de 2017. O último ano do ensino médio foi o ciclo escolhido para o desenvolvimento das atividades, e questionários de entrada e saída do curso foram preenchidos pelos alunos. Trata-se do mesmo formulário utilizado por Dantas (2016) em ações coordenadas desde 2008, nas periferias da Grande São Paulo, com o apoio da Fundação Konrad Adenauer. Diante de tal característica, comparar os resultados de Itapevi com aqueles exclusivamente colhidos com alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas estaduais paulistanas configura-se em mais uma tentativa de colaborar com o debate acerca do que pensam os jovens sobre política.

Parte-se da hipótese de que a exemplo das conclusões dos dois artigos que perseguem esse mesmo desafio, não existirão severas diferenças em termos de resultados e percepções, o que representaria dizer que mantemos uma visão de que a variável “município” não é capaz de aportar dessemelhanças na visão política dos jovens estudantes de escolas públicas e que tal público deseja conhecer mais de política, compreendendo a escola como local para a realização de tal contato com alguns conteúdos relevantes à democracia.

A análise aqui proposta está dividida em mais quatro partes para além dessa introdução: apresentaremos um resumo da percepção dos jovens sobre política, retirada dos estudos já citados sobre essa temática; a partir de então, descreveremos as ações realizadas pela Câmara Municipal de Itapevi e pelo projeto

da Fundação Konrad Adenauer; traremos os resultados comparados entre as duas realidades; e, por fim, será apresentada uma conclusão capaz de dialogar com a hipótese central desse estudo, já apresentada.

2 O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE A VISÃO DOS JOVENS ACERCA DA POLÍTICA?

O intuito dessa análise não é esgotar o assunto sobre a visão dos jovens brasileiros sobre a política. De forma resumida, o objetivo é localizar a importância de se conhecer o que pensam as novas gerações sobre uma temática essencial. Dantas e Sodré (2019) ocupam-se de buscar compreender o que significa uma “nova política” ao olhar para as eleições de 2018, desafio semelhante àquele trazido, em partes de sua obra, por Souza (2018) quando busca compreender as manifestações de 2013 e a força que o público jovem, inicialmente de classe média, teve em apresentar agendas com reivindicações atreladas a um universo político bastante amplo. Mas não é esse o objetivo central dessa revisão, mas, sim, entender como parcelas da juventude relacionam-se com instituições formais atreladas à democracia – o voto, os partidos, as eleições, os poderes, entre outros.

Pedreira (2015) parte da pesquisa *Sonho brasileiro da política*, um desdobramento de levantamento denominado *Sonho brasileiro*, realizado em 2011, que buscava compreender valores gerais de jovens de 18 a 24 anos no país. O enfoque político foi motivado pelas jornadas de 2013 e reuniu respostas de 1.428 participantes, com idades entre 18 e 32 anos. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos trouxe conclusões relevantes sobre diferentes perfis de participação e ativismo político por parte dos jovens, carregando uma visão crítica desse público em relação às formas e às instituições formais da democracia representativa. A autora responsável pela pesquisa concluiu sua análise observando que “novas práticas de participação política estão sendo testadas e colocando em xeque os limites impostos pelos sistemas políticos atuais [...], o jovem é o principal ator das novas movimentações políticas no Brasil e no mundo”. Para além disso, o levantamento mostra o desejo de o público ouvido compreender mais a política, destacando e reconhecendo a escola como o lugar para isso ocorrer de maneira formal.

Dantas e Estramanho (2015), por sua vez, partem de duas pesquisas distintas realizadas em São Paulo, capital, para compreenderem como a juventude se relaciona com a democracia. A primeira pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), coordenada por Rodrigo Estramanho, ouviu 1.130 entrevistados entre 15 e 29 anos em 2014. A segunda segue a lógica dos questionários dos cursos de Iniciação Política da Fundação Konrad Adenauer (KAS), aplicados em 2014 a estudantes, neste caso um grupo de 559 jovens de escolas públicas, sendo que mais de 90% deles com idades entre 14 e 18 anos. Os autores concluem que a visão mais ampla, trazida pelo levantamento da FESP-SP, aproxima os jovens de percepções mais gerais, afastadas e incrédulas da política capturadas junto à população em geral. Já o levantamento da KAS é impactado por um curso de nove horas de duração e os jovens concordam que a política é um conteúdo relevante a ser disseminado formalmente nas escolas. A despeito dessa demanda, a não concretização dessa agenda, mostra o artigo, pode ser uma das responsáveis pela descrença e pelo afastamento em relação às instituições formais mostradas pela FESP-SP, mesmo que “a educação política não gere aumento imediato da confiança dos jovens cidadãos nas instituições políticas típicas” ao menos seria capaz de fazê-los “perceber a importância da informação e do conhecimento específico sobre política como elemento indispensável na qualificação do voto, sinônimo de exercício da cidadania nas democracias representativas”.

Forlini (2015), por sua vez, carrega consigo a percepção do quanto o jovem de ensino médio de escolas públicas de Araraquara-SP, ouvidos em grupos focais sob a lógica qualitativa, demandam e reconhecem tais conteúdos como relevantes às suas realidades. A partir disso, o autor reconhece a necessidade do desenvolvimento de conteúdos dessa natureza no ensino. O desafio, para tanto, mostra o autor e reforçam Cosson (2016) e Estramanho (2016), não é tão simples, tampouco parece fácil de ser cumprido à luz de práticas tradicionais atreladas à educação sob uma lógica mais “iluminista”.

Especificamente em estudos semelhantes a este, cujo objetivo é conhecer a percepção de jovens sobre a política com base na utilização dos resultados de questionários aplicados a estudantes de diferentes cidades, Dantas, Nascimento e Silva (2016) comparam jovens de Araraquara, interior de São Paulo, com estudantes de Suzano, cidade da Grande São Paulo. Enquanto Dantas, Silva, Garcia e Virgolino

(2019) buscam emparelhar o posicionamento de estudantes de ensino médio de Belém-PA, Macapá-AP e São Paulo-SP. O primeiro artigo, olhando para jovens de 15 anos em 2014, 353 deles em Araraquara-SP e 245 em Suzano-SP, conclui que alunos de programas semelhantes de educação política “reproduzem formas tradicionais de obtenção de informação política e concordam que conteúdos” dessa natureza são relevantes à formação. Ademais, compartilham “valores comuns que reforçam parâmetros elementares da democracia, tais como a participação política”.

Já o segundo trabalho, com questionários tabulados em 2016, em Belém-PA (272 estudantes ouvidos), Macapá-AP (239) e São Paulo (511), indica que “a despeito de diferenças pontuais que podem ser explicadas à luz de realidades específicas”, os estudantes do terceiro ano das cidades envolvidas “têm percepções semelhantes em relação à política”, mesclando certo afastamento presente no senso comum com crenças mais consolidadas em torno de instrumentos essenciais da democracia, como o voto e as manifestações de rua, por exemplo. Ademais, reconhecem que devem participar mais, que precisam se aproximar da política e que carecem de educação política formal, que segundo eles deve estar presente nas escolas. Os resultados assemelham-se, em partes, àquilo que foi colhido na comparação entre Araraquara e Suzano.

Diante de tais resultados, existe a percepção acerca da necessidade de um papel mais ativo da escola na realidade dos jovens em relação ao conhecimento político, assim como existe percepção do quanto os jovens, a despeito das cidades tomadas como exemplo – Suzano, São Paulo, Araraquara, Macapá ou Belém – percebem a política de forma semelhante quando utilizado um formulário relativamente homogêneo para as análises. A partir disso, mais uma contribuição consolida-se nesse estudo, que busca entender como jovens estudantes de terceiro ano do ensino médio público de Itapevi e São Paulo, ouvidos em 2017, percebem a política.

3 O QUE FIZERAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI E A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER?

No ano de 2016, a Escola do Parlamento de Itapevi “Dr. Osmar de Souza”, com o intuito de iniciar uma série de cursos de Iniciação Política, procurou a Pastoral

de Fé e Política, que demonstrou interesse em realizar cursos dessa natureza, dividindo o município de acordo com o critério de atuação paroquial – delimitação territorial de uma diocese sobre a qual prevalece a jurisdição espiritual de um pároco.

Foram realizados cursos para as comunidades: Cristo Rei, São Judas, Maria Bueno, Padre Miguel Angel, Luiz Teixeira, Áurea Cardeal, Padre Elyn Rosa e uma edição da atividade na própria sede do Legislativo. Todas as ações, nesses casos, eram gratuitas e livremente abertas à comunidade por meio de recursos utilizados pela Escola do Parlamento.

Neste ano, um total de 78 cidadãos foi qualificado sob a supervisão da Escola do Parlamento e foram diretamente envolvidos seis professores nos processos formativos, além da atuação de toda a equipe da Escola do Parlamento. O curso segue a linha pedagógica apresentada em Dantas (2017 – livro de política) e o conteúdo é dividido em três aulas, de três horas cada uma, que tratam de conceitos como democracia, ética na política, cidadania, políticas públicas, organização estrutural do estado brasileiro e participação política.

No ano seguinte, em 2017, a Escola do Parlamento de Itapevi deu continuidade ao projeto e procurou estabelecer um Termo de Cooperação Técnica (Protocolo de intenções) com a Diretoria de Ensino de Itapevi – órgão ligado à Secretaria Estadual de Educação com o objetivo de dialogar diretamente com jovens de escolas de ensino médio da cidade. Ao longo do processo de aproximação com a entidade estadual, foram realizados três encontros com os coordenadores pedagógicos de parte das Escolas Estaduais de Itapevi que participavam do Programa Escola da Família, com o intuito de mostrar o conteúdo das aulas do Curso de Iniciação Política, apresentar as dinâmicas e os processos pedagógicos e definir uma agenda que envolvesse todas as escolas do município ligadas ao Programa Escola da Família.

Nesse primeiro ano, 2017, as atividades ocorreram nas escolas: Mary Mallet Cyrino, José Nascif Chalupp, José Sergio Pereira, Américo Valentin Chistianini, Jose Chaluppe, Air Ferreira do Nascimento e Paulo da Costa Pan Chacon, totalizando oito cursos, 72 horas de atividades, 610 alunos envolvidos e mais de vinte professores. A partir de tal experiência, notou-se o papel da escola do parlamento como indutora de um processo de letramento político, conforme observa Cosson

(2008) em sua obra acerca do papel democrático das instituições dessa natureza nos legislativos de diferentes lugares do mundo.

A avaliação da fase destinada às escolas do projeto foi extremamente positiva. Assim, em 2018, a ação ganhou impulso notório na cidade de Itapevi, que resultou em Termo de Parceria com a Secretaria Estadual de Educação e atendimento direto às 22 escolas estaduais da cidade com foco absoluto nas classes de terceiro ano do ensino médio. O total de 2.925 alunos foi atingido, ou seja, 4,8 vezes mais que no ano anterior. Ademais, cerca de 50 professores das escolas estiveram diretamente envolvidos e os resultados colhidos renderam o prêmio de melhor projeto de Educação Legislativa do Brasil, em concurso realizado entre todas as escolas do legislativo do país pela Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas (ABEL), em novembro de 2018, na cidade de Curitiba. Apesar dessa expansão, para efeito dos objetivos desse artigo e com base nos dados tabulados e conhecidos, serão tomados os resultados das atividades de 2017. Nesse caso, em especial, 281 questionários foram utilizados para a geração dos resultados a serem analisados na próxima seção desse artigo.

Antes disso, no entanto, é importante que o projeto da Fundação Konrad Adenauer seja conhecido. As iniciativas tiveram início em 2008 por meio da entidade alemã e a escola do parlamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Instituto do Legislativo Paulista. O mesmo programa que seria desenvolvido em Itapevi, em 2016, começou a ser disseminado nos Centros de Integração da Cidadania, organismo ligado à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Dantas e Schiavi (2014) e Dantas, Soares, Soares e Lamari (2010) descrevem detalhadamente o histórico desse projeto e os resultados colhidos enquanto ele esteve associado ao parlamento paulista. Importante, nesse caso, ressaltar que entre 2009 e 2010 o público-alvo eram líderes comunitários e no biênio seguinte escolas públicas e seus alunos de ensino médio. A partir de 2013, e até 2018, projetos sociais, escolas públicas e organizações que voltam suas atividades à formação de jovens entre 15 e 18 anos foram preferencialmente atendidas.

Salienta-se aqui que a atividade que inicialmente realizou dez edições anuais do curso em 2009, teve 38 turmas em 2018, conforme mostra Dantas (2016 e 2019). Em termos numéricos, o projeto formou 9,7 mil cidadãos em dez anos, com um total de 169 turmas. Os resultados a serem comparados com os dados de Itapevi

concentram-se especificamente nos jovens de terceiro ano de ensino médio que estudam em escolas públicas de São Paulo-SP e foram impactados dentro de suas escolas ou em projetos sociais atendidos pela Fundação Konrad Adenauer nas periferias da capital paulista. Nesse caso, ao todo foram analisados 309 formulários preenchidos pelos estudantes.

4 OS RESULTADOS: EXISTEM DIFERENÇAS ENTRE O QUE PENSAM OS ESTUDANTES?

A partir da percepção acerca de um conjunto de estudos e diante das ações da Câmara Municipal de Itapevi e da Fundação Konrad Adenauer, o intuito a partir daqui é comparar resultados dos 590 questionários de 2017. Salienta-se que nesses dois casos – São Paulo e Itapevi – os cursos eram idênticos, ministrados pelo mesmo conjunto de cientistas políticos e serviam-se dos mesmos formulários de entrada e saída para as avaliações. Assim, é possível e relevante promover uma comparação de todo o conjunto de questões, a fim de trazer para o debate os resultados encontrados.

Todos os alunos selecionados para essa análise tinham entre 16 e 18 anos e em 2017 cursavam o terceiro ano do ensino médio de escolas públicas estaduais. Em Itapevi, a média de idade era de 16,2 anos, enquanto em São Paulo, de 16,9. Na cidade da Grande São Paulo existiam 52% de mulheres e 48% de homens, enquanto na capital foram 60% de alunas e 40% de alunos.

A primeira questão associada à lógica política estava atrelada aos canais utilizados pelos jovens para a obtenção de informações sobre política. Em uma lista apresentada no questionário de entrada e de saída, os estudantes podiam marcar todos os meios que costumam utilizar. A média de canais assinalados fica em torno de 30 pontos nas duas localidades, com leve incremento em ambas entre o início e o fim das atividades. Chama a atenção especificamente o alto resultado obtido pela televisão, nada diferente daquilo que outros estudos que se utilizam desse questionário sugeriram Dantas (2016, 2019) e Dantas, Silva, Garcia e Virgolino (2019). A queda das redes sociais em ambos os locais – entre a entrada e saída do curso – também merece destaque, assim como o peso do universo virtual diante de meios considerados mais tradicionais, como rádio, jornais e revistas. Por fim, em

ambas as localidades, é marcante a presença da escola, com incremento expressivo entre o início e o final do curso no caso de Itapevi – o que pode ser o reconhecimento em relação à própria atividade realizada.

Tabela 1 – Meios de comunicação utilizados para a obtenção de informação sobre política

	ITP-E	ITP-S	SP-E	SP-S
TV	88,61%	88,97%	82,52%	83,82%
Redes Sociais	60,14%	55,16%	62,78%	60,52%
Sítes	45,55%	50,53%	54,37%	63,11%
Escola	31,32%	46,26%	35,60%	38,19%
Conversas	30,25%	28,47%	39,16%	37,22%
YouTube	22,78%	23,49%	20,39%	23,30%
Rádio	14,23%	12,10%	9,71%	13,27%
Revista	10,32%	11,03%	6,15%	9,39%
Jornal impresso gratuito	5,69%	7,83%	8,41%	8,41%
Eventos	4,98%	6,05%	1,94%	6,15%
Jornal impresso pago	2,49%	2,85%	1,62%	1,29%
MÉDIA	28,76%	30,25%	29,33%	31,33%

Fonte: Câmara Municipal de Itapevi e Fundação Konrad Adenauer (2017)

Segundo a lógica do formulário, os jovens eram questionados sobre aspectos mais formais associados à ideia da democracia representativa. As sentenças apresentadas na Tabela 2 concedem uma ideia do que era perguntado ao estudante. É possível notar, a exemplo do que Dantas (2016) dizia, que os cursos não mudam de forma tão significativa a visão dos jovens sobre aspectos da política, a despeito de eles reconhecerem, em questões exploradas mais adiante, que o conteúdo lhes aporta informações relevantes. Assim, fica em pouco menos da metade dos jovens o percentual, nas duas etapas da pesquisa e em ambas as cidades, que afirma que tirou ou tiraria o título de eleitor com menos de 18 anos. Em Itapevi, no entanto, existe alta discreta, enquanto em São Paulo há pequena queda depois da atividade de educação.

Tabela 2 – Percepções acerca da atuação na política representativa

	ITP-E	ITP-S	SP-E	SP-S
Tirou ou tirará título de eleitor com menos de 18 anos	47,33%	49,11%	48,87%	46,93%
O voto é um DIREITO (mais que uma obrigação)	75,88%	79,00%	80,58%	79,61%
GOSTA de política	11,47%	13,52%	14,89%	20,39%
NUNCA votou e vai votar em 2018	85,05%	83,63%	83,17%	83,17%
Será SEMPRE um eleitor (não será candidato, tampouco filiado)	84,34%	77,94%	88,35%	79,94%
NÃO simpatiza com qualquer partido	90,75%	87,90%	90,94%	88,03%

Fonte: Câmara Municipal de Itapevi e Fundação Konrad Adenauer (2017)

Quando confrontados à necessidade de se posicionar em relação ao fato de o voto ser predominantemente um direito ou uma obrigação, os resultados que indicam a primeira alternativa são muito altos nas duas cidades e em ambos os instantes da pesquisa. Isso pode ser visto como um valor bastante positivo para a democracia representativa carregado pelos jovens. Já na questão seguinte, o intuito era compreender se eles “não gostavam de política e a consideravam desnecessária”, se “não gostavam, mas a consideravam relevante”, ou se “gostavam de política”. O percentual de apreço pelo tema sobe nos dois casos após a realização do curso. Em Itapevi, de forma mais discreta, de 11,5% para 13,5%, e em São Paulo de 14,9% para 20,4%. Tais resultados poderiam ser vistos de maneira negativa, mas a se considerar o que o senso comum diz sobre o tema, é razoável comemorar que após uma atividade de poucas horas um quinto dos estudantes de São Paulo, por exemplo, afirmem gostar do assunto. Ademais, cerca de 80% dos jovens na entrada e na saída do curso, em ambas as cidades, destacam que apesar de não gostarem de política, consideram-na importante para suas respectivas realidades.

Sobre a atuação eleitoral, em 2017, mais de 80% dos entrevistados afirmavam nunca ter votado e que debutariam nas urnas em 2018 – resta obviamente saber se efetivamente fizeram isso. Ademais, quando perguntados sobre o que seriam na política – sempre um eleitor, um possível filiado a partido ou um provável candidato – a imensa maioria afirmou ter a percepção de que se manterá como eleitor. Para além dessa posição mais distanciada, essa condição aumentou após o curso nas duas cidades, ou seja, talvez por notarem a

complexidade da participação política formal alguns tenham recuado da ideia de aproximação com partidos e candidaturas, o que para os princípios gerais da democracia não é visto como positivo, uma vez que quanto maior o nível de conhecimento, em tese, poderíamos esperar maior interesse ativo.

Por fim, a antipatia aos partidos políticos manteve-se expressivamente alta entre os alunos, nada muito diferente daquilo que tem sido captado junto à sociedade como um todo em pesquisas de opinião pública. Supera os 90 pontos percentuais nas duas cidades o sentimento de que não há gosto declarado e específico por qualquer uma das 35 legendas brasileiras. Os indicadores melhoram após o curso, mas de forma bastante discreta em ambas as localidades.

Na Tabela 3, torna-se possível compreender a visão dos jovens sobre o que faz uma Câmara Municipal. Um conjunto de alternativas era apontado e livremente o respondente podia marcar quantas fossem condizentes com suas percepções. Duas delas estavam formalmente atreladas às funções formais do parlamento – legislar e fiscalizar –, enquanto três tratavam de aspectos mais usuais à nossa lógica cultural – defender interesses empresariais, realizar favores a cidadãos e promover festas. Importante salientar que aqui o curso aportou conhecimento de forma mais relevante: nas duas cidades cerca de 15% dos participantes da atividade afirmaram não saber o que faz um parlamento local no primeiro dia de aula, enquanto o resultado final cai, ao término do curso, para aproximadamente 5% em ambas.

Tabela 3 – Percepções sobre o papel da Câmara Municipal

	ITP-E	ITP-S	SP-E	SP-S
Faz leis para a cidade	62,63%	64,06%	59,87%	63,43%
Fiscaliza a Prefeitura	43,06%	55,87%	38,19%	48,22%
Defende o interesse de empresas	7,83%	4,98%	4,53%	2,59%
Distribui favores aos cidadãos	43,42%	28,83%	29,45%	21,04%
Promove eventos e festas	29,54%	17,79%	6,15%	3,56%

Fonte: Câmara Municipal de Itapevi e Fundação Konrad Adenauer (2017)

Os jovens têm boas ideias do que formalmente cabe a uma Câmara Municipal fazer: legislar e fiscalizar o Poder Executivo – o primeiro com mais intensidade que o segundo. Positivamente, inclusive, o curso aporta mais conhecimento a esse

respeito, assim como é possível notar queda em todos os demais pontos, chamados aqui de aspectos mais culturais. O que desafia a realidade, entretanto, é a alta percepção de realização de favores, mesmo diante da queda, e como o parlamento é visto como espaço para eventos e festas em Itapevi – uma cidade menor em termos populacionais, na qual o impacto das solenidades comuns aos parlamentos pode ser mais sentido e conhecido pelos cidadãos.

Por fim, os questionários buscavam medir o grau de concordância dos jovens com algumas sentenças relacionadas ao universo da realidade política. No formulário, cada sentença – sintetizada no gráfico – dava a oportunidade de o respondente concordar totalmente ou em partes, bem como discordar totalmente ou em partes. Assim, ao todo, existiam quatro alternativas para o participante. Para efeito de tabulação, o “discordar totalmente” recebeu zero ponto, o “discordar em partes” um ponto, “o concordar em partes” dois e o “concordar totalmente”, três. As médias de cada sentença foram transformadas em percentuais mostrados no Gráfico 1 por cidade e por instante do curso – entrada e saída. Quanto mais perto da média três, mais próximo de 100%, e quanto mais perto de zero, mais próximo de 0%.

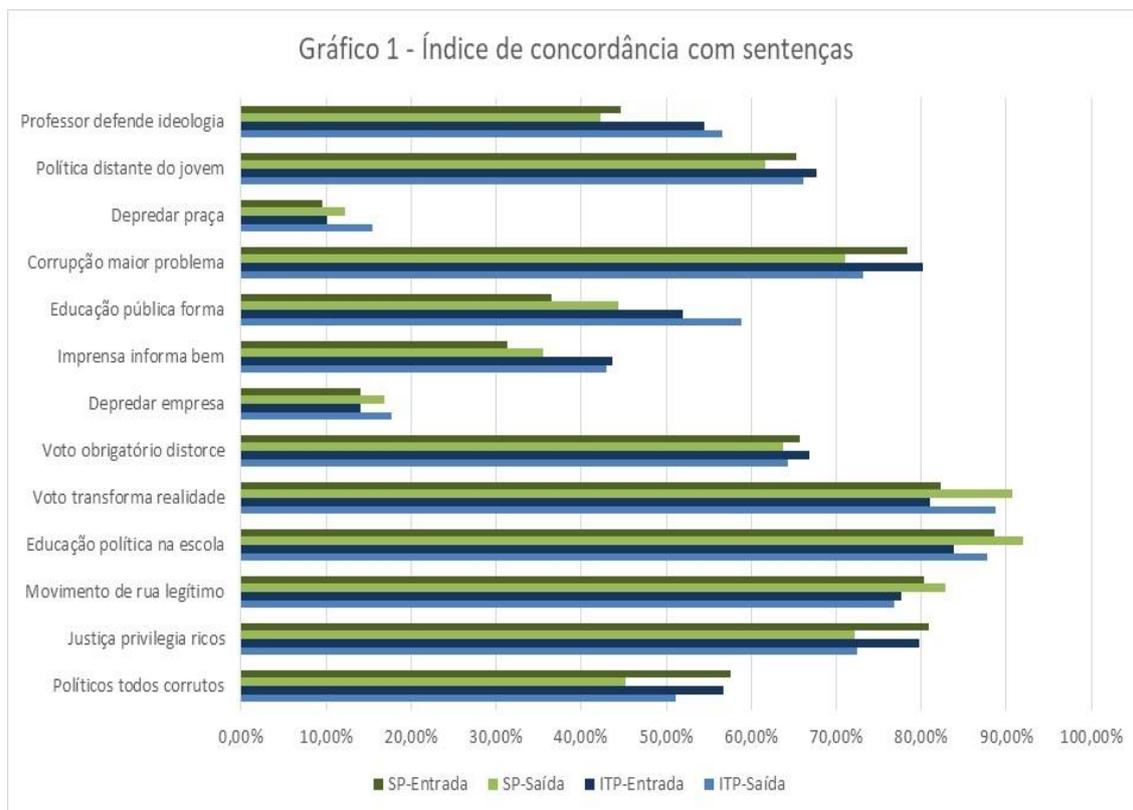
A partir de tal explicação, é possível notar que tanto em São Paulo quanto em Itapevi a concordância com a ideia de que a política deve ser conteúdo escolar ultrapassa 80% na entrada – corroborando com a visão de Pedreira (2015), Dantas e Estramanho (2015) e Dantas (2016) – chegando a cerca de 90% na saída do curso. Também é relevante a percepção de que o voto tem poder de transformar a realidade, com bons incrementos trazidos pelas atividades realizadas. Esses dois valores ancoram os princípios basilares da democracia: a participação e a educação, algo destacado em Bobbio (1986). Ainda assim, é alto o sentimento de que o “voto obrigatório” distorce a lógica democrática, debate que tem sido realizado faz anos no Brasil e passou por votação que rejeitou seu caráter facultativo na Câmara dos Deputados em 2015.

Para além de tais percepções, são altos também os índices de que a política está distante do jovem, a despeito de o curso arrefecer esse sentimento, bem como é preocupante a sensação de que a escola pública não forma o cidadão. O indicador melhora com a realização do curso, mas ainda assim se a política está distante e a escola não forma para a cidadania, é nítido que estamos diante de um problema que

desafia a democracia, lembrando que Bobbio (1986) chamou a educação política de “a promessa não cumprida da democracia”.

Seguindo na análise, é interessante observar que cai a percepção de que a corrupção é o maior problema do país, assim como assistimos a uma redução no sentimento de que todos os políticos são corruptos. A educação política, nesse caso, oferta-nos o sentimento de que o jovem passa a olhar com maior otimismo para a atividade política, a despeito de suas posições ideológicas, assim como arrefece o sentimento, apesar de elevado, de que a justiça beneficia os ricos.

Acerca de percepções democráticas e suas instituições e atitudes simbolizadas em algumas das sentenças, é importante salientar a crença nos movimentos de rua como gestos legítimos de manifestação, bem como a descrença em atos de depredação do patrimônio público (praças) e privado (empresas). Ademais, é preocupante a descrença na imprensa e no seu papel de informar bem a sociedade.



Fonte: Câmara Municipal de Itapevi e Fundação Konrad Adenauer (2017)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados mostram relação muito próxima, com raras exceções, na percepção dos jovens estudantes de terceiro ano de escolas públicas estaduais em São Paulo e Itapevi, com base em questionários colhidos em ações de educação política realizadas em 2017 pela Escola do Parlamento da cidade da Grande São Paulo e pela Fundação Konrad Adenauer, na capital. Utilizando-se dos mesmos formulários, de programa de formação idêntico e de equipe conjunta de docentes, foi possível tornar a aferição dos fenômenos aqui analisados ainda mais precisa. O estudo buscou complementar percepções trazidas por outros pesquisadores que compararam a opinião dos jovens em cidades como Araraquara e Suzano (DANTAS, NASCIMENTO e SILVA) e Macapá, Belém e São Paulo (DANTAS, SILVA, GARCIA, e VIRGOLINO). Diante dos dados, foi possível corroborar a hipótese inicial destacada na introdução e atrelada à ideia de que não existiram diferenças agudas entre as percepções de estudantes de Itapevi e São Paulo – algo semelhante àquilo colhido pelos demais autores aqui citados em suas respectivas realidades e esforços.

O presente estudo também reforçou a percepção de que jovens têm interesse por política, percebem alguns valores relevantes à democracia e entendem que a escola seja o local para tais temáticas serem ensinadas – algo já trazido por Pedreira (2015) e Dantas (2016). Tal percepção pode reforçar o compromisso do Poder Executivo em relação ao desenvolvimento de políticas públicas formais de educação, mas também o papel das escolas do parlamento e de organizações do terceiro setor com a disseminação de tais conteúdos democráticos.

Diante disso, parece desafiador o compromisso de agir, mas também de manter a realização periódica de análises desse tipo, inclusive comparando cidades com o objetivo de reforçar a tese de que parece haver uma percepção mais generalizada dos estudantes acerca da relevância da política e das instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escola de democracia.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

COSSON, Rildo. **O estágio-visita como educação para a democracia. Cadernos Adenauer XVII, n. 1:** Educação Política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

DANTAS, Humberto; NASCIMENTO, Alessandra; SILVA, Bruno. **Mapeando o que os jovens pensam sobre a política:** as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, v. 8, n. 29, 2016.

DANTAS, Humberto, ESTRAMANHO, Rodrigo. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVI, v. I, 2015.

DANTAS, Humberto; SILVA, Felipe; GARCIA, Marcelo; VIRGOLINO, Ronival. Educação política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de ensino médio sobre a política. Artigo enviado para a revista E-Legis do Centro de Formação (CEFOR) da Câmara dos Deputados – aguardando parecer.

DANTAS, Humberto. **Educação política nas periferias da Grande São Paulo:** percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015 em ações da Fundação Konrad Adenauer, 2016.

DANTAS, Humberto. **Educação Política.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2017.

DANTAS, Humberto. **O jovem e a educação política – ampliar as atividades em ano de tensão política.** Série Brasil em Foco, Fundação Konrad Adenauer, dez. 2019.

DANTAS, Humberto; SCHIAVI, Iara. O ILP e a educação política: percepções com base em atividades de formação. **Revista do ILP**, São Paulo, ano 1, n. 1, 2014.

DANTAS, Humberto; SOARES, Aline; SOARES, Maria Isabel; LAMARI, Roberto. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, ano XI, v. 3, 2010.

FORLINI, Danilo. **Construindo caminhos para a educação política:** a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Unesp, Araraquara, 2015.

PEDREIRA, Beatriz. Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto. **Cadernos Adenauer XVI**, n. 1: Juventudes no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015.

PELLANDA, Andressa. Potencialidades e limitações da educação política no currículo escolar brasileiro: um resgate histórico e uma análise de contexto. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, 2016.

REZENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. **Cadernos Adenauer XI**, n. 3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. 2010.